



ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA NO ESTADO DO PARANÁ (2003-2010): ALGUMAS PROPOSIÇÕES

Luzia Franco Duarte - UNIOESTE

Edaguimar Orquizas Viriato - UNIOESTE

Resumo: O presente texto, de cunho bibliográfico, tomou como objeto de estudo as políticas educacionais voltadas à formação continuada dos professores da Rede de ensino do Estado do Paraná, entre os anos de 2003 a 2010, na gestão do governador Roberto Requião. Para isso, se fez necessário realizar uma compreensão dos processos pedagógicos da formação em serviço para adentrar nas políticas do governo federal destinadas à formação de professores da Educação Básica no intuito de apreender a materialidade das políticas paranaenses. A análise fundamentou-se no materialismo histórico e dialético com base em autores como Aguiar (2010), Almeida (2006), Barbosa (2004), Freitas (2002), Gatti (2008), Gramsci (1968), Lima e Viriato (2000), Marx e Engels (1992), Mészáros (2005), Miguel e Vieira (2008), Nadal (2007, 2008), Saviani (2008, 2009), Shiroma (2011). Portanto, buscou-se contribuir na temática de políticas educacionais de formação continuada na medida em que se investigaram as proposições que permearam a gestão Requião no que tange a materialização da premissa de valorização do profissional da educação.

Palavras-chave: Políticas educacionais. Formação continuada. Estado do Paraná. Valorização do profissional da Educação.

Introdução

No sentido de apreender o movimento real que orientou a formulação de políticas educacionais para a formação em serviço de professores da escola pública no estado do Paraná, na primeira década do século XXI, parte-se da conjuntura delineada por Barbosa (2004), na qual o cenário educacional está constituído de inúmeras “propostas de transformações (oficiais e/ou não oficiais)” do atual modo de produção social. Para analisar **como** e **quanto** essas propostas foram incorporadas pela área educacional via políticas públicas, e de modo especial no que se refere à Educação Básica, através de olhares políticos, pedagógicos e históricos, tomou-se por objetivo problematizar como “[...] o oferecimento de espaços para debates que conjuguem temas relacionados à produção de conhecimentos e aspirações sociais podem concorrer para a consecução de objetivos relacionados a uma melhor formação de educadores” (BARBOSA, 2004, p. 10).

A análise, de cunho bibliográfico, desenvolvida nos limites deste trabalho, mostra-se enquanto possibilidade de “[...] questionar a tese da descontinuidade de políticas e traz elementos para pensarmos na continuidade quando ocorre a troca de governos” (SHIROMA, 2011, p. 33). Cabe salientar que não desenvolvemos nenhum estudo comparado de formas de governo, mas aludimos à necessidade de refletir sobre as novas roupagens de velhas políticas educacionais que revestiram ou não os governos estudados.

Para o conhecimento e a produção de análises sobre as atuais políticas públicas educacionais voltadas para a formação de professores da Educação Básica no Estado do Paraná, foi relevante explanar sobre as demandas sociais no Estado brasileiro.

Por isso, problematizou-se, em conformidade, com os pressupostos do materialismo histórico e dialético para analisar como as políticas públicas no âmbito federal interferiram ou não na consecução dos encaminhamentos implementados em nível estadual no que se refere às políticas voltadas à formação continuada de professores da Educação Básica na rede estadual de ensino no período compreendido entre os anos de 2003 a 2010.

Para isso, a metodologia empregada foi pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. Nesse sentido, “a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto”, enquanto que a pesquisa documental “vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (GIL, 2002, p. 45).

Isso implica afirmar que a pesquisa bibliográfica “[...] não é a mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um novo tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando [até mesmo] a conclusões inovadoras” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 166). Foi um recurso da linguagem escrita que possibilitou a reunião e o cotejamento crítico dos dados disponíveis na então produção acadêmica em um dado momento histórico no sentido de oferecer certas condições e instrumentos necessários à análise dos Programas e Planos oficiais voltados à formação continuada de professores do Estado do Paraná.

Para fins didáticos, o presente trabalho estruturou-se em três momentos. Num primeiro momento, apresenta-se algumas proposições sobre as políticas de formação continuada. Em seguida, tematiza-se a política educacional de formação de professores no Brasil a partir de uma visão panorâmica. Por fim, aborda-se as políticas de formação continuada dos professores no Estado do Paraná mediante a construção de apontamentos.

Primeiras Palavras sobre as políticas de formação continuada

Para adentrar sobre a temática que envolve as políticas de formação continuada do professores da Educação Básica, o pressuposto que norteia tal análise compreende que,

Em nome das recentes políticas públicas de acesso à educação, as condições de trabalho do professor e a sua prática foram alteradas, como também seu papel fragilizado, sem que houvesse uma contrapartida do Estado, em termos de melhoria de condições de trabalho e de remuneração condigna (MIGUEL; VIEIRA, 2008, p. 128).

Dessa forma, a premissa que instigou o desenvolvimento desse estudo partiu da constatação de que houve maciçamente uma “disseminação da formação em serviço, a forma mais barata e eficiente de formar profissionais para a educação” e isso “atingiu diretamente o corpo docente em todas as suas categorias” (MIGUEL; VIEIRA, 2008, p. 128).

Assim, uma análise das atuais políticas educacionais no Brasil e no Paraná, voltada à formação continuada de professores na primeira década do século XXI, não se realiza dialeticamente sem a compreensão dos aspectos históricos e econômicos que caracterizam “[...] o cenário atual das transformações societárias do mundo atual” (DOURADO, 2002, p. 245).

Dessa forma, corrobora-se da premissa levantada por Shiroma (2011, p. 16), de que planos de educação, textos norteadores e instrumentos jurídico-normativos constituem apenas uma parcela na construção de uma política educacional, assim, não são os referidos dispositivos legais por si só que garantem a efetivação dos objetivos tal como foram gestados, ou seja, cumpre reafirmar que “[...] uma política é expressão de embate de interpretações diversas e interesses de classes distintos”. Isso quer dizer que os dispositivos jurídicos normatizadores de políticas públicas voltadas à educação não materializam-se passivamente nos espaços escolares.

Saviani (2008) expõe política educacional enquanto medidas tomadas pelo Estado para direcionar os “[...] rumos que se devem imprimir a Educação no Brasil [...] configurando uma modalidade da política social” (SAVIANI, 2008, p. 1).

Isso implica reafirmar que a análise de Marx e Engels (1992, p. 27) compreende que “o Estado é a expressão das relações de produção”, tendo por funções “conciliar os conflitos de classe”, realizar a manutenção da ordem no âmbito econômico, ou seja, “manter os antagonismos e contradições da classe sob controle”.

Segundo Carnoy (1990, p. 9), a gênese do ensino Estatal sempre teve como objetivo atender aos interesses sociais e econômicos de uma classe dirigente, ou seja, significou

historicamente que o próprio ensino converteu-se no meio imprescindível de dominação ideológica e, ao mesmo tempo, “em um instrumento essencial para alcançar e consolidar a hegemonia da classe no poder”. Isso implica enfatizar a relevância de se tomar a escola enquanto instrumento para a elaboração dos dirigentes de diversos níveis (GRAMSCI, 1968, p.9)).

Portanto, corrobora-se plenamente com Gramsci em reiterar “[...] a necessidade de uma escola única, de sentido humanista, destinada a desenvolver em cada sujeito uma cultura geral, bem como de educar para a vida” (CASTRO; RIOS, 2007, p. 225).

Para Freitas (2002), que ponderou sobre o processo de desenvolvimento e execução de políticas educacionais neoliberais, predominantemente desde o ano de 1995 até os primeiros anos do século XXI, a bandeira de qualidade da educação foi levantada estrategicamente por setores governamentais e empresariais enquanto “[...] condição para o aprimoramento do processo de acumulação de riquezas e aprofundamento do capitalismo” (FREITAS, 2002, p. 142).

Sob esse contexto sócio-histórico, corrobora-se que

Muitas das iniciativas públicas de formação continuada no setor educacional adquiriram, então, a feição de programas compensatórios e não propriamente de atualização e aprofundamento em avanços do conhecimento, sendo realizados com a finalidade de suprir aspectos da má-formação anterior, alterando o propósito inicial dessa educação – posto nas discussões internacionais –, que seria o aprimoramento de profissionais nos avanços, renovações e inovações de suas áreas, dando sustentação à sua criatividade pessoal e à de grupos profissionais, em função dos rearranjos nas produções científicas, técnicas e culturais. (GATTI, 2008, p. 58)

Nesse sentido, compreende-se que as políticas públicas voltadas à educação básica partem da premissa de que “[...] formar o professor é estratégico, por atravessar todos os setores da sociedade e por conter, em seu âmago, a questão do projeto de sociedade que se almeja para o país, pois o professor molda gerações” (PAIVA, 2006, p. 11).

Por isso, em oposição as políticas vigentes, nesse dado momento histórico, o contexto eleitoral de 2002 criou condições para as vitórias “[...] de Roberto Requião de Mello e Silva (PMDB/PR), eleito governador do Estado do Paraná e Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República” (ALMEIDA, 2006, p. 159). Ambos faziam oposição aos governos neoliberais, em seus discursos propunham transformações significativas à vida em sociedade, “[...] nas suas respectivas plataformas, levantaram a bandeira da educação como direito de todos e

dever do Estado” (ALMEIDA, 2006, p. 159). Assim, essas políticas educacionais desses novos governos constituíram-se em elementos de análise no decorrer desse estudo.

Política educacional de formação de professores no Brasil: uma visão panorâmica

O governo Lula para a educação teve como lema: Uma escola do tamanho do Brasil. Nesse sentido, de acordo com a análise realizada por Aguiar (2010, p. 723), iniciativas e ações do Governo Lula mostraram-se empenhadas em efetivar os objetivos e metas propostos no Plano Nacional de Educação (2001 a 2010), através da criação de universidades federais; da ampliação e interiorização de vagas nas IFES (Instituições Federais de Ensino Superior); da criação e expansão da rede federal de educação tecnológica; da contratação de professores e técnicos para as universidades e escolas técnicas; de condições de formação e qualificação de professores da educação básica; de elevado investimento em pesquisa, com incentivo à formação de mestres, doutores e pós-doutores.

Para Aguiar (2010, p. 723), inúmeras ações articuladas entre a União, Estados e Municípios buscaram materializar um conjunto de políticas para tratar da educação básica, dentre as quais, uma iniciativa que merece destaque foi a elaboração do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) pelo governo federal. “Este Plano [...] buscou estabelecer conexões entre a educação básica e a educação superior, ao assumir que o Estado tem compromisso com o processo educacional” (AGUIAR, 2010, p. 723).

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) criado em 2007, foi sistematizado em mais de 40 programas, no discurso oficial apresentou-se como uma política pública do Ministério da Educação de visão sistêmica sobre a educação brasileira, não restringida a um caráter instrumental do Plano Nacional de Educação (PNE), mas que trazia em seu bojo uma perspectiva de educação harmonizada com a Carta Magna e elencava os sujeitos com cotas responsáveis pela efetivação desse processo: Estado, escola pública, e os próprios indivíduos. Essencialmente, um documento de caráter norteador da educação básica, da educação superior, da educação profissional e tecnológica e da alfabetização (BRASIL, 2007, p. 4-7).

Saviani (2009b, p. 25), no seio de sua análise sobre o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), expôs a necessidade do PDE na educação brasileira de acordo com o discurso do MEC, e nesse processo, desenvolveu críticas profundas que estão arraigadas nessa política educacional, como a singularidade prática instrumentalizada pelos programas que mais se caracterizam como um conjunto de metas imbricadamente relacionado ao

Compromisso de Todos pela Educação, do que como desdobramentos de um Plano de Educação para o Brasil.

O Plano de Desenvolvimento da Educação relaciona um conjunto de ações articuladas à Educação Básica, Profissional e Superior sob o lema de “Educação de Qualidade para todos” mediante o estabelecimento de metas a serem cumpridas nas esferas municipal, estadual e federal (ORSO, 2010, p. 1).

Tal política resulta de um processo de articulação entre a educação superior e a educação básica, num conjunto de ações para qualificação do professor da escola pública, em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) n. 9.394/1996, já regulamentada no Título VI que trata dos processos formativos dos profissionais da Educação de modo regulador nos artigos 61 a 67 (BRASIL, 1996).

O Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (PARFOR) (BRASIL, 2009, p. 6) constituiu-se como uma ação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, ao mesmo tempo em que refletiu a articulação entre o Ministério da Educação, as próprias instituições públicas de Educação Superior e as Secretarias estaduais e municipais como enfrentamento e cumprimento aos marcos legais, propostos na LDBEN de 1996, no que se refere à formação dos professores da educação básica, mediante estratégias diferenciadas e arranjos educacionais.

A Política Nacional de Formação dos Profissionais do Magistério da Educação Básica, instituída pelo Decreto n. 6.755 de janeiro de 2009, foi criada para efetivar a oferta de cursos superiores de formação profissional nas modalidades presencial e a distância, propostos pelo próprio Plano Nacional de Formação com o objetivo de atender aos professores em exercício nas escolas públicas de âmbito estadual e municipal, sem a devida formação pedagógica à luz das exigências da LDBEN n. 9394/96.

Políticas de formação continuada dos professores no Estado do Paraná: construção de apontamentos

Na história do Paraná, notou-se uma ausência de unidade na política educacional de capacitação dos professores da rede estadual de ensino, pois “a princípio são descentralizados os cursos de capacitação para o NRE [Núcleo Regional de Educação], depois, no governo Lerner, são centralizados, via terceirização, na Universidade do Professor, mais conhecida como Faxinal do Céu” (LIMA; VIRIATO, 2000, p. 11).

Segundo Nadal (2007, p. 4), a gestão Lerner (1995-1998 e 1999-2002) caracterizou-se pela adoção de políticas educacionais que prezavam ações como: a) financiamento de programas educacionais com recursos do Banco Mundial; b) terceirização da educação; c) extinção das modalidades profissionalizantes em nível médio; d) adoção de educação aberta e a distância para formação de professores em nível superior; e) estabelecimento da Universidade do Professor, em Faxinal do Céu, como centro para formação continuada dos trabalhadores da educação.

De acordo com os estudos realizados por Oliveira (2011, p. 9.217) sobre as políticas educacionais desenvolvidas entre os anos de 1995 a 2002, no Estado do Paraná, “o governo Jaime Lerner foi marcado por uma política educacional que obedeceu severamente as regras do Banco Mundial”. Assim, na medida em que o desempenho educacional, nesse período histórico, fosse aferido pelos resultados e pelos índices de aprovação como o Programa de Correção de Fluxo, o próprio processo pedagógico de ensino e aprendizado ficara relegado a segundo plano.

Após o pleito eleitoral de 2002, tanto no nível estadual como no âmbito federal, no ano de 2003, tomou posse pela segunda vez como governador do Estado do Paraná, Roberto Requião pelo PMDB, e como presidente da República, elegeu-se Luiz Inácio Lula da Silva pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Na área educacional, na primeira gestão (2003-2006), o governo Requião não efetivou um projeto governamental, pois colocou em construção o Plano Estadual de Educação (PEE-PR) (NADAL, 2008).

Já a ascensão política de Requião ao governo do Estado refletiu o genuíno apoio de “[...] forças progressistas e populares, bem como de uma grande parcela de eleitores mais conservadores. Sua campanha de governo se firma num movimento de recusa às políticas neoliberais” (APP/Sindicato citado por ALMEIDA, 2006, p. 218).

Requião, do ponto de vista político, guarda enorme distância em relação ao Governo Lerner. Requião não é declaradamente um privatista, é um nacionalista que defende a presença do Estado em todos os setores da economia. Entretanto, essa diferença política, não impediu a implementação de uma reestruturação do ensino superior no Paraná, comandada pelo secretário Rizzi, cujo resultado concreto, no período de 2003-2006, foi a redução, em termos reais, do financiamento das IEES paranaenses em patamares inferiores ao Governo Lerner (1999-2002) (PAIVA, 2010, p.55).

Segundo Michelin; Zanardini; Rosa (2007), no Estado do Paraná, o Governo Roberto Requião anunciou como princípios de sua política educacional os seguintes aspectos: a) educação como direito do cidadão, b) universalização do ensino, c) escola pública, gratuita e

de qualidade, d) combate ao analfabetismo, e) apoio à diversidade cultural, f) organização coletiva do trabalho e g) gestão democrática.

Com o slogan de governo em defesa da escola pública, Requião introduziu mudanças na organização de trabalho nas escolas paranaenses. Redimensionou e regularizou muitas das condições de trabalho do professor da rede estadual de ensino.

Para Nadal (2008), as ações desenvolvidas durante os dois mandatos (2003-2006) e (2007-2010) do governo Requião no Paraná tiveram como fio condutor questões envolvendo “[...] discurso de gestão democrática como tópico da política educacional e prioridade no PEE e, em termos práticos, a criação da Coordenação de Capacitação, da Coordenação de Apoio a Direção e [...] do “Caderno de Apoio para a Elaboração do Regimento Escolar” (NADAL, 2008, p. 538).

Esse “Caderno de Apoio para a Elaboração do Regimento Escolar” para as escolas da rede estadual de ensino materializou-se enquanto um documento praticamente acabado, pois competia às instituições “simplesmente” adequar suas informações e colocar nos artigos a correspondente numeração.

Estudos como Gilioli; Oliveira; Pinheiro (2011) afirmaram que a Secretaria de Estado da Educação, durante a gestão do governador Roberto Requião, nos anos de 2003 a 2008 implantou um “[...] conjunto de ações para elaborar e estabelecer as diretrizes norteadoras da educação das escolas públicas paranaenses. O processo foi permeado por encontros descentralizados, grupos de estudos, semanas pedagógicas, enfim, ações expressivas [...]” (GILIOLI; OLIVEIRA; PINHEIRO, 2011, p. 3) que possibilitariam outros encaminhamentos ordenados por tal Secretaria a seus 32 Núcleos Regionais de Educação espalhados pelo estado do Paraná.

Qual foi o real interesse do governo estadual em investir na produção das Diretrizes Curriculares Estaduais do Paraná?

Segundo os escritos de Gilioli; Oliveira; Pinheiro (2011) entendeu-se que a necessidade teve uma matriz política devido ao posicionamento do próprio governador Roberto Requião face à “[...] forma com que esse documento se desenhava no início do processo, refletia muitas inquietações e descontentamentos com o encaminhamento que havia tomado as políticas públicas em educação, tanto no plano estadual como no federal”, além disso, acrescenta-se, que na época referenciada, Maurício Requião de Mello e Silva era o Secretário de Estado da Educação (GILIOLI; OLIVEIRA; PINHEIRO, 2011, p. 8).

Um dos desdobramentos do processo de formulação e implementação das diretrizes foi o chamado Projeto Folhas, que posteriormente, constituiu-se no Livro Didático Público ((GILIOLI; OLIVEIRA; PINHEIRO, 2011).

Além disso, foi nas páginas eletrônicas do “Portal Dia-a-dia Educação”, que a Secretaria de Estado da Educação (SEED) sinalizou informações sobre sua política de ensino por meio de itens voltados à satisfação da demanda educacional com “qualidade social”, e especificamente tematizou sobre a Organização coletiva do trabalho e a Gestão democrática (NADAL, 2008).

Isso salienta que a formação de professores foi elencada como uma das prioridades pela Secretaria de Estado de Educação do Paraná (NADAL, 2007, p. 3), na medida em que Requião, “pautou sua campanha e proposta de governo na superação das políticas implantadas pelo antecessor, enquadradas como relativas a um estado mínimo”. Em outras palavras, as políticas públicas voltadas à educação paranaense constituíram-se de um inflamado “[...] discurso educacional marcado por denúncias contra teses como a submissão a organismos internacionais e a adoção de políticas educacionais que colocavam a educação a serviço do mercado neoliberal” (NADAL, 2007, p. 4).

Segundo Gomide e Miguel (2009, p. 305), “o concurso público para professores e pedagogos e a retomada dos cursos técnicos da rede pública, por exemplo, figuram entre as ações políticas imediatamente implementadas” no início do governo Requião (2003-2006).

Em 2004, paralelamente a construção do Plano Estadual de Educação, a Secretaria de Estado de Educação do Paraná, mediante a Resolução n. 1457 criou “a ‘Coordenação de Capacitação dos Profissionais da Educação’ (ligada à Superintendência de Estado) e instituiu o ‘Conselho de Capacitação’, passando a organizar todo o processo de formação continuada dos professores da rede estadual” (NADAL, 2007, p. 7).

Assim, apresentam-se, de acordo com Nadal (2007, p. 8), as modalidades de formação contínua oferecidas aos professores e escolas da rede estadual durante o governo Requião (2003-2006 e 2007-2010): a) **Programa de Desenvolvimento Educacional** – PDE – operacionalizado pelas IES e diretamente ligado ao plano de carreira; b) **Reuniões Pedagógicas** desenvolvidas nas escolas com seu coletivo em datas previstas em calendário escolar; c) **Grupos de Estudo** desenvolvidos aos sábados; d) **Cursos e Simpósios** relacionados às áreas do conhecimento ou às modalidades de ensino, desenvolvidos em Faxinal do Céu, CETEPAR ou outro local; e) **Projeto Folhas** no qual os professores, de acordo com sua iniciativa, poderiam produzir textos relacionados com o trabalho pedagógico dos conteúdos curriculares, socializando desse modo suas experiências; f) o próprio **Portal**

Dia-a-Dia Educação da SEED-PR, que funcionava como ambiente colaborativo de aprendizagem disponibilizando não apenas informações como conhecimentos voltados a subsidiar o trabalho docente.

A gênese do Programa de Desenvolvimento Educacional no Estado do Paraná está relacionada ao processo de elaboração do Plano de Carreira do Magistério pela Lei Complementar de n. 103, de 15 de março de 2004, e foi implementado pelo Decreto no 4.482, de 14 de março de 2005 (SANTOS, 2010). Já no ano de 2006, a Secretaria de Estado da Educação aprovou o programa para ascensão na carreira do magistério, com o objetivo de prever melhorias na qualidade de educação do Estado (MORAES; TERUYA, 2010, p. 4). Mas é a partir do ano de 2007 que caracteriza-se o início da política de formação continuada do magistério destinada à “qualificação/titulação dos docentes da Rede Estadual de Ensino” (ORSO, 2010, p. 1), mediante determinado processo seletivo, sustentada pelo referido Plano de Carreira que assegura o afastamento dos docentes que estão no último nível da carreira por dois anos da sala de aula.

O Documento-síntese (PARANÁ, 2007) do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE/PR), em suas 162 páginas, apresenta os fundamentos político-metodológicos do Programa em questão, traz os elementos constituintes do programa curricular, metodologia e cronograma de atividades até os conteúdos das 17 áreas curriculares a saber: Língua Portuguesa/Literatura, Matemática, Geografia, História, Ciências, Educação Física, Educação Artística, Física, Química, Biologia, Filosofia, Sociologia, Pedagogia, Língua Estrangeira Moderna, Disciplinas Técnicas, Gestão Escolar, Educação Especial.

De acordo com Paiva (2010, p.51), o Governo Requião (2003-2010) “[...] destinou parte expressiva do orçamento do Estado para o pagamento das dívidas externa e interna, tanto no que se refere ao pagamento de juros e encargos, como em amortizações” e que foram superiores aos investimentos com a educação paranaense.

Portanto, nesse governo estudado, compreendeu-se que

A centralização da concepção da formação continuada pela SEED e a descentralização de sua execução, revelam sua utilização de modo instrumental e a serviço da implementação de políticas e reformas propostas pela própria Secretaria, atribuindo também às demais tecnologias pedagógicas (a avaliação institucional e o projeto pedagógico da escola) um teor racionalizado e instrumental, já que seu desenvolvimento se faz para dar conta de uma agenda de trabalho externa, e não própria (NADAL, 2007, p. 12).

Nesse sentido, segundo Gomide; Miguel (2009, p. 301), os governos Lerner (1995-2002) e Requião (2003-2010) “definiram diferentes estratégias políticas, orientadas por distintas concepções de Estado, sociedade e educação, que resultaram no estabelecimento de políticas públicas também diferenciadas”.

Considerações finais

Concorda-se plenamente com a premissa postulada por Mészáros (2005, p. 2), na qual “[...] uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem realizar as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança”.

Conclui-se que a implementação da política de formação continuada de professores “[...] reflete o grau de seriedade e compromisso com a qualidade da educação, o que também representa uma postura contrária às atuais propostas de formação em vigência no País” (SANTOS, 2010, p. 10).

Assim, nas atuais políticas educacionais, desenvolvidas tanto em âmbito federal como em nível estadual, apesar do pioneirismo quanto ao trato de certas questões, identificou-se uma relação de inversão na questão da formação continuada enquanto dever do Estado e de instituições públicas na condição de contratantes e direitos dos docentes da educação básica quando adentra-se no tópico de responsabilização individual pela formação em serviço, criando um direito do Estado e um dever dos professores e compondo ações de desvalorização do magistério no seio da sociedade. Ou seja, as políticas educacionais devem ser revisitadas.

Referências

AGUIAR, Maria Ângela da Silva. Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009: questões para reflexão. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 707-727, jul.-set. 2010. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em : 02 de nov. 2011.

ALMEIDA, Janaína Aparecida de Mattos. **Os Conselhos Escolares e o processo de Democratização: História, Avanços e Limitações**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná, 2006.

BARBOSA, Raquel Lazzari Leite. Apresentação. In: BARBOSA, Raquel Lazzari Leite (Org.). **Trajetórias e perspectivas da formação de educadores**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: lei n. 9394/96. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas.** Brasília, DF: MEC, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/index.htm>. Acesso em: 20 de mar. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica - PARFOR.** 2009. Disponível em: portal.mec.gov.br/dmdocuments/livro.pdf. Acesso em 20 de mar. 2011.

CARNOY, Martin. **Educação, Economia e Estado: base e superestrutura: relações e mediações.** 4.ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1990.

CASTRO, Michele Corrêa de. RIOS, Valdir Lemos. Escola e Educação em Gramsci. **Revista de Iniciação Científica** da FFC, v. 7, n. 3, p. 221-228, 2007. Disponível em: www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/ric/article/view/187. Acesso em: 15 nov. 2011

DOURADO, Luiz Fernandes. Reforma do Estado e as Políticas para a Educação Superior no Brasil nos 90. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 23, n. 80, setembro/2002, p. 234-252. Disponível em: www.cedes.unicamp.br. Acesso em: 28 de mar. 2011.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. **Formação de professores no Brasil: 10 anos de embate entre projetos de formação.** Revista Educação & Sociedade, Campinas, vol. 23, n. 80, setembro/2002, p. 136-167. Disponível em: www.cedes.unicamp.br. Acesso em: 02 de out. 2011.

GATTI, Bernardete. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década. **Revista Brasileira de Educação** v. 13 n. 37 jan./abr. 2008. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n37/06.pdf. Acesso em: 14 mar. 2012

GIL, Antonio Carlos. Como classificar as pesquisas? In: GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: https://groups.google.com/group/adms20091/browse_thread/thread/8cc52161f445b796?hl=pt. Acesso em 21 fev. 2011.

GILIOLI, Eduardo Borba. OLIVEIRA, André Ricardo. Pinheiro, Alba Aparecida Matarezi. Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná: da Pedagogia Histórico-Crítica às Teorias Críticas. Anais V ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO MARXISMO, EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO HUMANA – UFSC, 2011. Disponível em: www.5ebem.ufsc.br/trabalhos/eixo_05/e05i_t006.pdf. Acesso em: 15 fev. 2012.

GOMIDE, Angela Galizzi Vieira. MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. Curso Normal: a formação de professores em nível médio, no Paraná (1996-2006). **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 9, n. 27, p. 297-314, maio/ago. 2009. Disponível em: <http://www2.pucpr.br/reol/index.php/DIALOGO?dd1=2742&dd99=view>. Acesso em 25 nov. 2011.

GRAMSCI, Antônio. **Os Dirigentes e a Organização da Cultura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

LIMA, Antônio Bosco. VIRIATO, Edaguimar Orquizas. As políticas de descentralização, participação e autonomia: desestatizando a educação pública. In: **Reunião Anual da**

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, Minas Gerais, 2000. Disponível em: 168.96.200.17/ar/libros/anped/0523T.PDF. Acesso em: 25 de out. 2011.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. In: MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. rev. São Paulo: Atlas, 2010.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Textos sobre educação e ensino**. 2.ed. São Paulo: Moraes, 1992.

MÈSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2005. Disponível em: resistir.info/meszaros/meszaros_educacao.html. Acesso em: 10 de set. 2011.

MICHELON, Edimor Antonio. ZANARDINI, Isaura Monica Souza. ROSA, Marcia Sabina. Uma análise das políticas de gestão escolar no Paraná e no Brasil entre os anos de 1980 e 2006. **Jornada do HISTEDBR: Anais da VII Jornada do HISTEDBR**, 2007 Disponível em: www.histedbr.fae.unicamp.br/.../... Acesso em: 10 mar. 2012.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski. As Políticas educacionais e a formação continuada do professor. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.31, p.127-141, SET.2008. Disponível em: www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/31/art10_31.pdf. Acesso em: 14 mar. 2012.

MORAES, Denise Rosana da Silva; TERUYA, Teresa Kazuko. PDE do Paraná: uma política de formação continuada e de valorização da carreira docente na rede pública estadual. Anais **IX Jornada do Histedbr "O Nacional e o Local na História da Educação"**, 2010, Belém do Pará. Disponível em: www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/.../pY7ZmO2.pdf. Acesso em: 25 de ago. 2011.

NADAL, Beatriz Gomes. A gestão do trabalho pedagógico no contexto das políticas paranaenses. In: **VIII Congresso Nacional de Educação, 2008, Curitiba. VIII Congresso Nacional de Educação - EDUCERE - Formação de Professores**, 2008. Disponível em: www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/654_777.pdf. Acesso em: 10 out. 2011.

NADAL, Beatriz Gomes. Política educacional paranaense para formação de professores: um olhar a luz dos textos políticos. 2007. In: **XXIII Simpósio Brasileiro, V Congresso Luso-Brasileiro e I Colóquio Ibero-Americano de Política e Administração da Educação**. Por uma escola de qualidade para todos. Niterói - Porto Alegre: ANPAE/UFRGS/FACED/PPGEDU, 2007. Disponível em: www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/47.pdf.

OLIVEIRA, Lucilene Lusia Adorno. A educação de jovens e adultos no Paraná nas décadas de 1990 e 2000: descrevendo as políticas públicas aplicadas. X Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, 2011. Disponível em: educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5916_3607.pdf. Acesso em: 14 mar. 2012

ORSO, Paulino José. **A qualidade da educação básica e os PDEs**. 2010. Disponível em: <http://espacoacademico.wordpress.com/2010/08/14/a-qualidade-da-educacao-basica-e-os-pdes/>. Acesso em: 01 de set. 2011.

PAIVA, Fernando de Souza. Formação do Professor da Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental no Brasil: Avanços ou Recuos? In: Anais do **VI Seminário da Rede Estrado: Regulação Educacional e Trabalho docente**, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: Acesso em: 10 de set. 2011.

PAIVA, Gabriel de Abreu Gonçalves de. Evolução das despesas com manutenção e desenvolvimento da educação superior no governo Requião (2003-2006). Monografia de **Especialização em História da Educação Brasileira**. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2010. Disponível em: cac.php.unioeste.br/pos/media/.../Dissertacao%20Gabriel%20Paiva.p. Acesso em: 01 mar. 2012

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Uma nova Política de Formação Continuada e Valorização dos Professores da Educação Básica da Rede Pública Estadual** - Documento - Síntese. 2007. Disponível em: Acesso em: 01 de set. 2011.

SANTOS, Welington Tavares dos. Programa de Desenvolvimento Educacional do Paraná - PDE/PR: uma proposta ousada de valorização e formação continuada de professores. Anais do **IV Simpósio Internacional e VII Fórum Nacional de Educação: Currículo, Formação Docente, Inclusão Social, Multiculturalidade e Ambiente**. 2010. Disponível em: forum.ulbratorres.com.br/2010/mesa_texto/MESA%207%20A.pdf. Acesso em: 28/ago./2011.

SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação: Análise crítica da política do MEC**. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

SHIROMA, Eneida Oto. Redes Sociais e Hegemonia: apontamentos para estudo de política educacional. In: AZEVEDO, Mário Luiz Neves de; LARA, Angela Mara de Barros. **Políticas para a Educação: análise e apontamentos**. Maringá: Eduem, 2011.